

# INSTITUTOS PÚBLICOS DE PESQUISA CORREM RISCO DE “APAGÃO” EM SP

Tatiane Ribeiro  
Jornalista

Daniel Garcia



*Evasão de pesquisadores ameaça IPPs como o Biológico*

*Arrocho salarial e deterioração das condições de trabalho aceleram evasão de pesquisadores científicos qualificados, que abandonam os institutos públicos estaduais de pesquisa (IPPs) e migram para instituições federais, como a Embrapa, e até para o setor privado. A categoria luta para equiparar seus salários aos recebidos pelos docentes das universidades estaduais, mas a Secretaria de Gestão estadual nega essa possibilidade, escudando-se no artigo 37 da Constituição Federal, emendado em 1998, que proíbe a vinculação ou equiparação de salários no serviço público*

**A** carreira de pesquisador científico paulista dentro das instituições públicas pode estar a caminho do fim. Quem dá o alarme, insistentemente, são os profissionais da área, que sofrem com salários baixos e redução orçamentária ao longo dos anos. A persistência desses problemas traz como consequência direta a evasão acentuada dos pesquisadores, resultando numa perda imensurável da geração de conhecimento. A principal reclamação: a maior parte da pequena verba investida em ciência e tecnologia, cerca de 1,52% do PIB estadual (2008), é aplicada na infraestrutura, sem considerar as condições constrangedoras de trabalho a que estão

submetidos os pesquisadores.

O Estado de São Paulo administra diretamente 19 institutos de pesquisas públicos (IPPs). Vinculados às secretarias de Agricultura, Planejamento, Saúde, Meio Ambiente e Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo, eles representam o berço de grandes cientistas brasileiros e de pesquisas que impulsionaram a modernização do país. O sucateamento dos IPPs foi apontado em reportagem anterior, que citava, ainda, a criação da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (Apta) como fator de privatização dos institutos ligados à agropecuária (“Institutos Públicos de Pesquisa sob ameaça”, *Revista Adusp* 38, setembro de 2006, p. 54).

O sentimento de abandono e

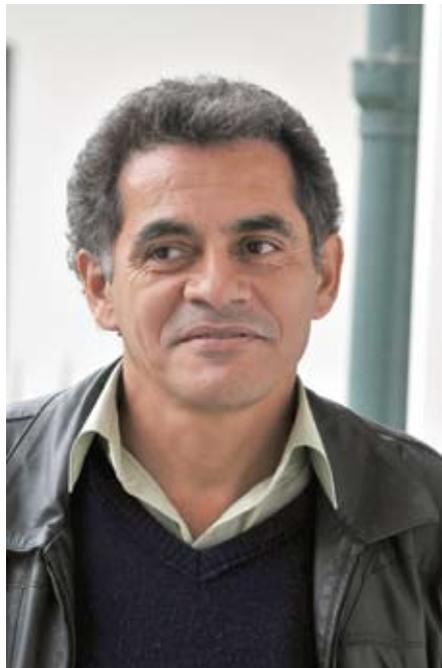
descaso atinge atualmente a todos os institutos. Entre os 1.605 profissionais ativos no setor, a maioria não vê perspectiva de carreira. Os quase 50% que estão próximos da aposentadoria prevêem uma interrupção drástica em importantes linhas de pesquisa em andamento. “Com a proximidade de minha aposentadoria e de outros pesquisadores do laboratório, o trabalho pode ficar reduzido apenas a um pesquisador, portanto, com sua continuidade ameaçada”, teme Júlio Rodrigues Neto, pesquisador que trabalha no Instituto Biológico há 37 anos e coordena o projeto de Coleção de Fitobactérias, uma das mais importantes do globo em termos de bactérias oriundas de regiões tropicais. “Isso seria uma

perda irremediável para a pesquisa científica do país, uma vez que parece não haver projeção por parte do governo para o preenchimento dessas lacunas”.

Muitos outros pesquisadores compartilham essa sensação de desestímulo e revolta. É o caso de José Alberto Caram de Souza Dias, que trabalha no Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) desde 1978. PhD na Universidade de Wisconsin-Madison e pós-doutor em Fitopatologia na Cornell University, ambas nos Estados Unidos, ele ressalta o valor das pesquisas relacionadas à epidemiologia e controle da cultura da batata (*Solanum tuberosum*), que nos últimos anos possibilitou ao Brasil uma redução nos valores gastos com a importação do tubérculo. “Houve uma economia de quase R\$ 35 milhões ao ano. Resultados da nossa dedicação integral que deve ser lembrada pelos governantes e pela opinião pública, pagadora de impostos”, conclui (leia quadro na p. 38).

A valorização dos recursos humanos é a principal discussão do momento. O desinvestimento, que resulta em remuneração incompatível à de seus pares nos ambientes públicos assemelhados, e a ausência de um plano de carreira lógico dentro do atual sistema econômico têm causado prejuízos aos IPPs. “Não adianta só colocar equipamento, funcionário mal pago não tem estímulo para fazer curso. Como ele vai operar uma máquina de ponta sem saber?”, frisa Laerte Machado, presidente da Associação dos Pesquisadores Científicos do Estado de São Paulo (APqC).

Daniel Garcia



Laerte Machado, da APqC

*Os longos hiatos entre os concursos de ingresso nos IPPs impedem a troca de experiência entre pesquisadores iniciantes e veteranos. Por isso, “há profissionais que se aposentam mas continuam a trabalhar, para não perder o conhecimento adquirido”, explica Machado, da APqC*

Os concursos públicos, meio de ingressar na carreira, ocorrem em intervalos de tempo muito dilatados. Além de oferecer salários inferiores aos das instituições federais,

como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), os concursos chegam a demorar até 10 anos para acontecer, não permitindo que os pesquisadores iniciantes na carreira convivam com os veteranos. “Para haver gradiente de informação é necessária essa troca de experiência. Com os hiatos que estão ocorrendo, há casos de profissionais que se aposentam mas continuam a trabalhar, para não perder o conhecimento adquirido em determinada pesquisa”, explica Machado. Exemplo disso é Olga Russomanno, à frente do Herbário do Laboratório de Micologia Fitopatológica do Instituto Biológico, com 25 anos de carreira. A pesquisadora já está recebendo o “abono permanência”, por ter completado seu tempo de aposentadoria sem deixar a atividade. Sua linha de pesquisas com fungos vai deixar de existir, diz Olga, porque não há sinais da entrada de novos pesquisadores na área.

Outro grande obstáculo é o fato de que, para ingressar na carreira, o pesquisador é obrigado a entrar no nível 1, diferentemente da Embrapa, que contrata conforme a titulação. Além disso, nos IPPs o profissional só pode prestar concurso de acesso a partir do terceiro ano, caso tenha mestrado ou doutorado. Durante esse tempo recebe um salário incompatível com os custos familiares nos grandes centros urbanos, onde estão concentrados os principais IPPs. “O Estado investe na formação desse indivíduo, que na primeira oportunidade muda para as instituições federais ou até mesmo para o setor

Daniel Garcia



Olga Russomano, do Biológico

privado, onde as condições de trabalho e os salários são melhores”, lamenta Machado.

Marco Antonio Teixeira Zullo, diretor-geral do IAC, destaca que é de extrema urgência entender que “os recursos humanos, além de necessidades de sobrevivência, têm finitude de ação”. Decorre dessa constatação, portanto, “a necessidade de, além do reconhecimento da importância de sua contribuição e produtividade, viabilizar a substituição das equipes à medida que ocorrem exonerações, aposentadorias e falecimentos”.

A principal reivindicação da categoria é a equiparação com os salários dos docentes universitários. A luta travada desde a implementação da carreira, em 1975, parece não ter fim ante a resistência do governo estadual. Segundo Machado, os pesquisadores públicos desenvolvem atividades iguais às dos professores, como a docência e

IAC



Marco A. Zullo, diretor do IAC

orientação de teses e dissertações dentro dos cursos de mestrado e doutorado oferecidos por IPPs.

Criada em 1975, pelo governador Paulo Edydio Martins, a carreira de pesquisador foi promulgada ao mesmo tempo que a dos docentes universitários (Lei Complementar 125/75) e tratada de forma igualitária no que diz respeito à questão salarial, por serem consideradas carreiras congêneres. Porém, após a autonomia conquistada em 1988 pelas universidades, os reajustes concedidos aos professores passaram a ser repassados com atraso aos pesquisadores. No governo Fleury, em 1993, a Lei Complementar 727 reiterou a equivalência e ainda instituiu uma revisão bimestral dos salários. Mas os aumentos não vinham e as gestões seguintes ignoraram a lei. “O governador Mário Covas não deu justificativa. Simplesmente não cumpriu a de-

terminações do governo anterior”, comenta Machado.

*No Instituto de Saúde ninguém conseguiu a equiparação. “Se continuar dessa forma”, adverte Renato Barboza, “teremos grupos de pesquisa menos fortalecidos, o que compromete as políticas públicas e o avanço do Estado”*

A partir desse momento muitos pesquisadores começaram a pleitear o direito na justiça, de maneira individual. Ações idênticas tramitaram por varas diferentes, alguns juízes e desembargadores entenderam que a lei valia, ao passo que outros não, o que terminou por criar uma situação anômala, desconfortável, dentro dos IPPs. “A distorção salarial é o principal motivo da evasão. Não dá para aceitar, por exemplo, pesquisador do nível IV com salário superior ao de nível VI, o primeiro muitas vezes subordinado ao segundo”, exemplifica Rodrigues Neto.

Com a pressão exercida pelos profissionais, em 1999 a norma legal foi reeditada e aprovada como Lei Complementar 859, especificando o salário igual aos “docentes das universidades estaduais”, mas suprimindo a revisão bimestral. Novamente, não foi colocada em prática. A defasagem aumentou e hoje há pesquisadores trabalhando lado a lado, nas mesmas funções,

recebendo valores que chegam a 50% de diferença. “Lei promulgada deve ser lei aplicada. De que adianta tanta discussão, votação, campanhas se o que os deputados votam é deixado de lado?” questiona José Roberto Scarpellini, pesquisador da Apta que obteve a equiparação salarial através de ação ganha na justiça.

Há casos de instituições, como o Instituto de Saúde, em que ninguém conseguiu a equiparação, nem mesmo os que trabalham há mais tempo. “Se continuar dessa forma, teremos grupos de pesquisa menos fortalecidos, o que compromete as políticas públicas e o avanço do Estado”, pondera Renato Barboza, pesquisador daquela instituição que tem o processo tramitando em segunda instância.

Lanfranco Troncone, pesquisador do Instituto Butantan, considera que a diferença salarial dentro dos mesmos níveis da categoria é tão grande que configura uma ilegalidade. Ao contrário de outros colegas, ele perdeu a ação judicial com que tentou recuperar o poder aquisitivo perdido. “Há muitos anos que existe uma movimentação nesse sentido, mas o Estado não responde. Os docentes universitários são a única categoria com a qual podemos ser comparados, é a carreira mais próxima. A gente também dá aula na pós-graduação, então qual é a diferença?”, questiona. Na sua opinião, o sistema de avaliações periódicas a que estão submetidos os pesquisadores é mais rigoroso do que o praticado nas universidades.

## “MEU DEUS, POR QUE TEMOS QUE CO

O pesquisador José Alberto Caram de Souza Dias, do IAC, acredita que o Brasil está “cada vez mais integrado no comércio internacional” e que a prosperidade do país está assentada na agricultura e na pecuária, responsáveis segundo ele pelo fato de termos sido “os últimos a entrar e os primeiros a sair da crise de 2008”.

“O Brasil tem que se cuidar, se preparar”, sustenta ele, para não ser comercialmente prejudicado por barreiras sanitárias criadas por outros países, as únicas vigentes agora que a Organização Mundial do Comércio (OMC) “não contempla mais barreiras sem justa causa”, só as destinadas a conter patógenos.

Isso implica a necessidade de investir para que os institutos de pesquisa tenham setores de zoossa-

nidade e fitossanidade plenamente capazes e dotados de avançada tecnologia. Mais ainda, diz Caram: esses institutos têm que pertencer ao governo do Estado, para garantir neutralidade em disputas comerciais. Têm de ser públicos e contar com pessoal qualificado.

É preciso reforçar o setor de quarentena. Exemplifica: “Disposmos de microscópio eletrônico no IAC, mas é preciso abrir concurso para microscopista eletrônico, um especialista”. É lamentável, diz ele, que esse equipamento esteja ocioso, sem que se contrate um pesquisador habilitado para manejá-lo.

Quando falou à *Revista Adusp*, Caram acabava de retornar da Noruega, onde participou do congresso europeu de virologistas de batata. No IAC, ele desenvolveu

O Estado de São Paulo forma 48% dos doutores brasileiros e produz 50% dos artigos científicos publicados em revistas indexadas. Com a evasão ao longo dos anos, apenas 6% desses profissionais atuam na área pública. “Damos assistência para diversos Estados, enquanto recebemos os salários mais baixos”, critica Machado. A questão da atuação mínima do Estado constitui, para o presidente da APqC, uma perda constante no poder de autonomia sobre o desenvolvimento tecnológico. “Além

dos salários defasados, não investir nas pesquisas traz uma implicação muito grande. Entidades fomentadoras como a Fapesp aprovam, geralmente, projetos de pesquisa aplicada, enquanto as básicas, igualmente importantes, são deixadas de lado”, protesta. Ainda neste quesito, Roseli Torres, pesquisadora do Herbário do IAC, assinala que “a diferenciação é arbitrária e artificial, pois pesquisa aplicada não pode ser feita sem conhecimentos básicos sobre as espécies e sua ecologia”.

## CONTINUAR COM ESTE SALÁRIO?"

um método que permitiu o aproveitamento do que era, até então, mero subproduto: “O broto da batata era descartado, agora é utilizado como semente. O governo chinês me chamou, porque patenteamos uma tecnologia de aproveitamento do broto, mostramos que pode viajar de um país para o outro como semente, de forma muito mais econômica, e principalmente com menor risco de movimentação de pragas do solo, como pode ocorrer no sistema tradicional, em que tubérculos de batata são importados para servir de semente”.

“Nossa dependência da batata-semente importada, por estar livre de vírus, caiu de 20 mil toneladas/ano, nas décadas de 1970-80, para menos de 3 mil t/ano. Saímos de uma produtividade média de



João Zinclar

Caram, no IAC

15 t/hectare para 30 t/ha, havendo alguns produtores que chegam a 60 t/ha. Quem gerou isso foi a pesquisa científica”, explicou o entusiasmado Caram, durante a estadia na China, a um colega canadense perplexo com a criatividade e sim-

plicidade da tecnologia brasileira.

“Meu Deus, porque temos que continuar com esse salário? Hoje um pesquisador PhD em final de carreira tem um salário de 6,5 mil. Inicia carreira na Embrapa com salário maior do que esse”.

***“As instalações físicas não têm manutenção adequada, mesmo quando reformadas com verba da Fapesp ou da Finep. No IAC, há anos não temos faxina regular nas salas”, declara Roseli Torres***

Em agosto de 2009, a APqC enviou ao governo Serra uma proposta de emenda solicitando ato normativo em prol da equiparação salarial, mas não obteve resposta. Procurada pela *Revista Adusp*, a Secretaria de Gestão respondeu, em nota da assessoria de imprensa, que “não consta de nenhuma norma legal vigente a garantia da equivalência salarial entre essas categorias”, pois “de acordo com o artigo 37, inciso XIII, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 19

de 1998, ‘é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público’.” No entanto, acórdãos favoráveis consideram procedente a premissa de que as carreiras dos pesquisadores científicos e dos docentes universitários são congêneres. Recentemente, a APqC enviou à Assembléia Legislativa uma minuta de decreto que altera a lei 1.022/07, criando uma nova escala de vencimento para os pesquisadores. Os valores apre-

Daniel Garcia

**Troncone, do Butantan**

João Zinelar

**Roseli Torres, do IAC**

Daniel Garcia

**Fernanda Duarte, da Apta**

sentados baseiam-se na média de instituições de pesquisa estaduais e federais.

O trabalho minucioso de pesquisa desenvolvido pelos IPPs requer atividades de rotina rigorosas e outras ações que são desempenhadas pelo pessoal de apoio. São esses funcionários que realizam trabalho de campo, além de acompanhar os resultados, sendo por isso indispensáveis ao bom funcionamento dos IPPs. No entanto, essa categoria também sofre com a baixa remuneração. Nesse caso, afirma Machado, os salários são mais discrepantes e há casos em que o vencimento-base é inferior ao salário mínimo. “O governo acresce os valores com gratificações que não servem de nada no momento de fazer um financiamento ou na aposentadoria. Dessa forma, fica difícil a reposição desses trabalhadores, porque

o salário não é competitivo”.

Olga Russomano afirma que há diversas tarefas diárias, tais como escrever artigos técnico-científicos, prestar atendimento a consultantes, participar de congressos, revisar artigos, entre outras, que são quase impossíveis de concluir sem a presença do apoio técnico. “Tenho de realizar uma série de ações que se acumulam e das quais não dou conta, pois são inúmeras”.

As reclamações também envolvem a infraestrutura dos IPPs. “As instalações físicas não têm manutenção adequada. Mesmo quando reformadas com verba da Fapesp ou da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), depois da reforma o Estado não investe na manutenção. No caso do IAC, por mais absurdo que pareça, há anos não temos faxina regular nas salas”, declara Roseli Torres.

O futuro é visto de forma nebulosa até mesmo por profissionais que acabaram de ingressar na carreira, como confessa Fernanda Calvo Duarte, da Apta. “Se nada mudar com relação à política salarial, com certeza tentarei novos concursos assim que obtiver os títulos necessários”. As conseqüências não atingirão apenas os pesquisadores científicos. O presidente da APqC afirma que pode ocorrer um “apagão científico” no Estado de São Paulo. Caso isso aconteça, adverte Caram, “em médio prazo teremos o encarecimento de produtos (vacinas, remédios, alimentos) que estão com valor em moeda estrangeira e/ou embutem *royalties* [direitos de patente]”. Tais alarmes, diz Olga, deixam claro que “a tendência é a sociedade pagar um preço alto pela ‘pesquisa importada’, pois a do Estado de São Paulo está se esvaindo vagorosamente”.